

# MARQUÊS DE POMBAL E O FIM DO PROJETO EDUCACIONAL JESUÍTICO EM PORTUGAL E SEU IMPÉRIO (SÉCULOS XVI-XVIII)

MARÍLIA DE AZAMBUJA RIBEIRO  
Universidade Federal de Pernambuco

*Resumo:* Este artigo discorre sobre a organização das instituições de ensino jesuíticas em Portugal e em seu império, mostrando como os colégios da metrópole serviram de modelo às escolas nas possessões coloniais.

*Palavras chaves:* jesuítas; ensino; Portugal e seu império

*Abstract:* This article is concerned about the organization of jesuit teaching institutions in Portugal and its empire, showing how colleges in the metropolis were example to schools in colonial settlements.

*Key words:* Jesuits; teaching; Portugal and its empire

Talvez seja pouco mais que uma banalidade afirmar que os jesuítas, do mesmo modo que outras ordens religiosas criadas ao longo do século XVI, colocaram o ensino no centro de suas atenções. Menos óbvio, porém, talvez seja tentar compreender aquilo que os jesuítas entendiam por “ensino” e situar as escolas por eles fundadas no interior de seu complexo projeto educacional.

Segundo a *Formula Instituti*<sup>1</sup>, elaborada pelos primeiros jesuítas em 1540, a Companhia teria sido fundada com o propósito

de proporcionar “*a propagação da fé e o progresso das almas na vida e na doutrina de Cristo*”. Para atingir estes objetivos, neste mesmo documento, eles definiram quais seriam os *consueta ministeria* a serem postos em prática: dentre eles se encontravam a pregação pública, a leitura e outros ministérios da Palavra de Deus, a educação das crianças e das pessoas analfabetas no cristianismo, a consolação espiritual por meio de confissões e a administração de outros sacramentos, a reconciliação dos desgarrados, a prática da caridade e a busca do bem comum<sup>2</sup>.

Apesar da explícita menção à educação de pessoas na doutrina cristã, nem esta versão, nem a versão revisada de 1550, a *Formula* – assim como, nenhum dos demais “documentos fundadores” da Companhia – menciona a criação ou a condução de escolas entre os ministérios ordinários a serem postos em prática pelos membros da Companhia.

De fato, apesar da ocasional designação de jesuítas para a ocupação de algumas cátedras universitárias durante a década de 1540<sup>3</sup> e da permissão de ensinar teologia e todas as demais disciplinas em todo lugar, concedida aos jesuítas pelo papa Paulo III, em 1547 (bula *Licet debitum*), durante os primeiros anos de sua existência a Companhia não possuía escolas<sup>4</sup>.

Os primeiros colégios fundados pelos jesuítas foram nada mais que *hospitia*, domicílios simples, que seguiam o modelo do *domus scolarium* medieval para prover o alojamento dos membros da ordem nas proximidades das universidades onde estes obteriam sua formação superior. Em 1544, havia 7 desse colégios junto a centros universitários: Paris, Lovaina, Colônia, Pádua, Alcalá de Henares, Valência e Coimbra<sup>5</sup>.

Em meados desse mesmo ano, o Duque de Gandia, Francisco Borja, que tinha supervisionado a fundação do colégio de Valência, solicitou ao papa Paulo III o concessão de algumas rendas eclesiásticas para a abertura de um colégio jesuítico em Gandia. Gandia porém não possuía nenhuma Universidade: o que duque queria é que os próprios jesuítas ministrassem as aulas aos novos membros da ordem, ao mesmo tempo que ensinassem também outros estudantes, os filhos de seus súditos mouriscos.

A resposta favorável de Inácio à solicitação do duque tardaria dois anos para chegar. Entrementes, em 1545, como demonstra uma carta

escrita por Loyola a Laínez, vinha maturando em Inácio a idéia de que os jesuítas pudessem realmente ministrar eles mesmos lições para outros jesuítas no interior dos Colégios da Companhia, seguindo o modelo do que era praticado há mais de um século nos colégios da Universidade de Paris, cidade onde ele e os demais membros fundadores da Companhia tinham se formado.

Prova disso é a autorização que, neste mesmo ano, Inácio concedeu a Giovanni de Polanco, então responsável pelo colégio de Pádua, para que neste colégio se implantasse o *modus parisienses*, assim, os jesuítas mais preparados poderiam ministrar aulas, repetições e exercícios aos jesuítas mais jovens.

Entretanto, foi somente em 1548 que os jesuítas começariam a ensinar publicamente a cristãos não jesuítas. Isso ocorreu graças a fundação do Colégio de San Nicolò Messina, onde, neste ano, 4 padres jesuítas – Jerónimo Nadal, Pedro Canísio, André des Freux e Cornélio Wischaven – passaram a ensinar gramática, retórica, artes, casos de consciência e teologia.<sup>6</sup>

A partir daí a penetração dos jesuítas no mundo da educação pública foi extraordinariamente rápida. Meses depois da abertura do colégio de Messina, o Senado de Palermo solicitou a abertura de um colégio similar na sua cidade; o colégio foi aberto em novembro de 1549. Dois anos mais tarde, graças ao suporte financeiro do Duque de Gandia, foi inaugurado o Colégio Romano. Em 1556, ano da morte de Inácio, a Companhia já operava mais de 35 colégios.

Epílogo desse processo foi a transformação destes colégios nos principais núcleos pastorais da Companhia. Assim, paradoxalmente, os colégios acabaram por se tornar os centros onde se organizavam os ordinários ministérios e de onde partiam as demais ações da ordem. Como demonstra uma carta escrita por Polanco, em nome de Laínez, então já Geral da Companhia, a todos os superiores da ordem em 1560,<sup>7</sup> e citada por O'Malley, a “*educação da juventude em letras, no ensino e na vida cristã*” em colégios havia se tornado “uma supercategoria equivalente àquela na qual todos os outros *consueta ministeria* se agrupavam”.<sup>8</sup>

Nesse contexto de progressiva expansão dos espaços de ação da Companhia de Jesus em meados do século XVI, o caso português é um

dos mais significativos, seja pela dimensão universalista cristã que bem cedo caracterizou o projeto de expansão marítima lusa,<sup>9</sup> seja pela posição privilegiada que os jesuítas adquiriram no contexto da educação média e superior no reino ibérico.

É bem sabido que os jesuítas foram trazidos para Portugal por D. João III, graças à sugestão de Diogo de Gouveia – principal do Colégio de Santa Bárbara em Paris, no qual Inácio e três de seus companheiros tinham estudado – o qual escrevera ao soberano em 1538, assinalando a existência de um grupo de clérigos “de muito exemplo e letrados” que considerava “os mais aptos para converter toda Índia”.<sup>10</sup>

D. João então escreveu a Loyola solicitando-lhe o envio de irmãos para a evangelização do Oriente, e, ainda em 1540, ano em que Companhia foi oficialmente fundada pela bula *Regimini militantis ecclesiae* de Paulo III, Inácio enviava a Portugal, Simão Rodrigues e Francisco Xavier.

De fato, Xavier será o único do grupo dos primeiros jesuítas, daqueles que fundaram a ordem, a deixar o continente Europeu. Com intenção de renovar a ação missionária nas Índias, em 1542, ele foi enviado a Goa, capital político-econômica da Índia portuguesa e sede de diocese desde 1533,<sup>11</sup> onde ele e seus companheiros dedicaram-se ao ensino da leitura, da escrita, da gramática e do catecismo no Seminário da Santa Fé a partir de 1453. Esta não pode, porém, ser considerada a primeira experiência de ensino “público” dos jesuítas, porque nesta instituição eles resolveram excluir os portugueses e os mestiços, e aceitar somente os “nativos puros”.

Cinco anos mais tarde, entretanto, em anexo ao Seminário da Santa Fé, os jesuítas fundaram o Colégio de São Paulo, que, em princípio, foi considerado uma escola apostólica para a ordem, mas que, seguindo as transformações nas concepções da Companhia acerca do ensino “público”, já em 1556, passou a admitir alunos não-jesuítas em suas classes de latinidade, teologia e filosofia moral.<sup>12</sup> Até o fim do século XVI, os jesuítas fundariam mais 8 colégios na Índia, 4 na Província de Goa, e 4 na Província de Malabar.<sup>13</sup>

Neste mesmo período, Simão Rodrigues, que restara em Portugal, criava em 1542 a primeira residência jesuíta do reino: o Colégio de Jesus junto à Universidade de Coimbra – Estudo que tinha sido transferido de Lisboa para esta cidade por D. João III apenas 5 anos antes.

O Colégio de Jesus, como vimos, foi um daqueles primeiros colégios, criados na década de 1540 pelos jesuítas, ainda só com o intuito de alojar os membros da ordem nas proximidades das escolas universitárias onde estes completariam sua formação. Todavia, diferentemente do que ocorria com os demais 6 colégios dessa “primeira fase”, que eram pequenos e economicamente instáveis, graças ao apoio incondicional do monarca português, a residência coimbrã, em 1546, apenas quatro anos após a sua abertura, já abrigava quase 100 alunos e estava praticamente independente do ponto de vista financeiro.<sup>14</sup>

Neste mesmo ano, Rodrigues criou a primeira unidade administrativa autônoma da Companhia: a Província de Portugal.<sup>15</sup> Esta, além do reino e das ilhas adjacentes, compreenderia também as missões na África ocidental e setentrional, as futuras vice-províncias da Índia (Goa e Malabar) Japão, China, Brasil e Maranhão.<sup>16</sup>

Em 1º de dezembro de 1551, Polanco escreveu, a pedido de Inácio, uma carta a Simão Rodrigues, a esta altura “provincial” de Portugal, encorajando-o a abrir escolas “como as da Itália” nas terras lusas. O que significava, em última instância, colégios secundários para alunos jesuítas e não-jesuítas, leigos ou clérigos.<sup>17</sup>

Assim, no ano de 1553, foi inaugurado o primeiro colégio no qual os jesuítas deram aulas públicas em Portugal: o Colégio de Santo Antão em Lisboa. Neste mesmo ano, graças ao apoio do Cardeal D. Henrique, irmão de D. João III, os jesuítas também fundaram o Colégio do Santo Espírito em Évora, destinado, sobretudo, à formação do clero eborense.

Este, após ter inaugurado classes de Humanidades e Casos de Consciência, em 1553 e cursos de Artes e de Teologia em 1556, em 1559, sempre graças a intervenção do Cardeal D. Henrique, conseguiu ser elevado a condição de Universidade pelo papa Paulo IV (bula *Cum a nobis*).

Entrementes, em 1555, passou sob a direção dos jesuítas o colégio secundário mais importante de Portugal, o chamado Colégio das Artes, fundado por D. João III em 1548, a partir do modelo do *Collège de France*. O Colégio das Artes, juntamente com o preexistente Colégio de Jesus, passaram então a formar o que os jesuítas chamavam de o “Colégio de Coimbra”, instituição que, em 1556, já contava com mais

de 900 alunos: um número três ou quatro vezes maior do que a média da maioria das demais escolas jesuíticas na Europa.

Em poucos anos o Colégio das Artes tornou-se o principal centro de estudos propedêuticos para o acesso de leigos à Universidade de Coimbra. Um Alvará de 13 de Agosto de 1561, emitido durante a regência de D. Catarina, chegou a instituir que “ninguém pudesse matricular-se nas Faculdades de Direito da Universidade de Coimbra, sem apresentar certidão do Colégio das Artes,<sup>18</sup> confiado à Companhia de Jesus”.

Nas últimas décadas do século XVI, outros centros de ensino jesuítico surgiram no contexto do reino português. No início do século XVII, já havia colégios em Braga, Bragança e Porto, e outros tantos surgiriam nos anos sucessivos.

Foram estas escolas do reino que serviram de modelo para os colégios que estavam sendo implantados neste mesmo período na América portuguesa. Em uma carta enviada por D. João III a Duarte da Costa, segundo governador-geral do Brasil em 1554, ele o diz explicitamente: “*pelo que vos encomendo muito, que assim o façais, que vós, com o Bispo, trabalheis de fazer nessa cidade algum modo de colégio, conforme ao desta cidade que os Padres da Companhia teem em Santo Antão*”.<sup>19</sup>

Tanto no reino, como no além-mar, estes colégios compartilharam daquela configuração institucional que, como vimos, foi conscientemente definida nas instâncias mais elevadas da Companhia na década de 1550-1560, ao transformar-se em centros a partir dos quais eram definidos e administrados todos os *consueta ministeria* da Companhia.

Foi a partir deles que se organizava a ação missionária e o trabalho apostólico da Companhia. Com uma única grande diferença significativa entre reino e as terras da América e da Índia: o fato de que para além do projeto de evangelização das populações do interior que caracterizaram as missões rurais postas em prática no continente europeu, no além-mar, havia a questão da conversão e “educação” do gentio.

No além-mar, porém, os jesuítas também assistiram espiritualmente os portugueses que nelas se haviam estabelecido e seus descendentes (administração da confissão e outros sacramentos, práticas litúrgicas, etc.). A esta população, forneceu, sobretudo, uma educação moldada na mesma estrutura curricular das escolas jesuíticas européias (escola de

ler e escrever – gramática (latim) – retórica – humanidades – casos de consciência (filosofia moral) – teologia – lógica (1ª ano de teologia) e completamente inserida no sistema educacional implantado no reino.

A implantação dessas escolas secundárias no Ultramar português permitiu, através de uma rede inter-institucional, que alunos provenientes das áreas periféricas do império pudessem ter acesso a escolas de nível superior. Para bem demonstrar este fenômeno é particularmente elucidativo desse fenômeno o caso dos estudantes nascidos no Brasil entre os séculos XVI e XVIII.

Desde a concessão dos primeiros graus em Artes, concedidos no Colégio de Jesus da Bahia, em 1575, o número de portugueses nascidos no Brasil que freqüentaram o ensino universitário no reino manteve-se em aumento progressivo até os primeiros anos que se sucederam ao fechamento das escolas jesuítas no Ultramar.

Durante a União Ibérica (1580-1640), dentre os cerca de dez mil portugueses que estudaram na Universidade de Salamanca, 11 eram provenientes do Brasil,<sup>20</sup> mais especificamente da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro – três localidades onde estavam sediados os maiores colégios jesuíticos da América portuguesa.

Durante o mesmo período, ainda é mais significativo o número de estudantes provenientes do Brasil na Universidade de Coimbra. Um número que, aliás, manter-se-á em constante aumento nas décadas que suceder-se-ão à Restauração da monarquia portuguesa e durante grande parte do século XVIII, até a reforma pombalina do Estudo coimbrã, assim como podemos verificar na tabela abaixo:

#### **Alunos provenientes do Brasil na Universidade de Coimbra<sup>21</sup>**

Período	Número de alunos	Média de alunos por ano
1577-1600	13	0,56
1601-1650	76	1,52
1650-1700	277	5,54
1701-1771	1257	18

Este aumento crescente que se verificou no número das inscrições de alunos provenientes do Brasil, não deve, porém, ser avaliado

como um fenômeno isolado. No contexto do império português, outros territórios não pertencentes ao continente Europeu também tiveram uma quantidade significativa de matriculados; é o caso dos arquipélagos da Madeira e dos Açores – respectivamente, sedes dos colégios jesuíticos de São João Evangelista (1570) e da Ilha Terceira (1570).

Todavia, é preciso constatar que o número de alunos proveniente dessas ilhas não sofreu o mesmo incremento que se verificou para aqueles que vinham da América portuguesa: foram 54 entre 1573 e 1600, 87 entre 1601 e 1650, 68 entre 1651 e 1700 e 65 entre 1701 e 1730.<sup>22</sup>

Do mesmo modo, faz-se necessário notar que, mesmo durante o século XVIII, período de sua maior confluência de alunos provenientes da América Portuguesa no Estudo coimbrã, os alunos provenientes dos territórios continentais sempre foram maioria esmagadora na Universidade de Coimbra. Como demonstra o quadro abaixo: os alunos provenientes do Brasil, nunca superaram os 5% do corpo discente da universidade.<sup>23</sup>

#### **Origem geográfica dos graduados na Universidade de Coimbra (1700-1771) (Continua)**

Proveniência	Canonistas	Legistas	Médicos
Continente	11873	2562	1062
Madeira	155	13	8
Açores	71	27	12

#### **Origem geográfica dos graduados na Universidade de Coimbra (1700-1771) (Final)**

Proveniência	Canonistas	Legistas	Médicos
Brasil	602	160	46
Angola	11	8	-
Outras	15	2	3
Total	12691	2772	1131

A maioria destes alunos, como se pode constatar, iam buscar formação em direito canônico e civil, com evidente o predomínio do direito canônico. Tal predomínio no estudo de Cânones, não é, porém, uma prerrogativa dos alunos provenientes do Ultramar, mas sim uma

característica da formação jurídica lusa desde a criação de instituições universitárias no reino.

O reconhecimento dos estudos feitos nos colégios jesuíticos do Ultramar sob solicitação sempre foi uma praxe consolidada. Não temos dados para os alunos do curso de Direito os dados que se conhecem para a faculdade de Teologia de Coimbra, atestam que além do reconhecimento dos cursos secundários realizados nos colégios da Companhia, eram também reconhecidos os estudos realizados junto a mosteiros e conventos de outras ordens.

Desta forma, tendo em vista tudo o que foi dito até então, e considerando as inegáveis semelhanças entre os currículos de estudo das escolas jesuíticas do Brasil com aqueles do reino português,<sup>24</sup> parecemos insustentável a defesa da tese corrente, segundo a qual as escolas implantadas pela Companhia de Jesus nos territórios brasileiros foram somente uma entre tantas instituições a serviço da Coroa portuguesa em seu projeto de criar a dicomia entre metrópole e colônia.

Entretanto, a extinção da Província portuguesa da Companhia e expulsão dos jesuítas de Portugal e de seu império promovida pelo Marquês de Pombal colocou em crise todo esse sistema. A bem da verdade, como pesquisas recentes têm demonstrado foi após a expulsão dos jesuítas que, no contexto da América Portuguesa, – diversamente do que ocorreu em Portugal, onde os danos à educação pública não foram excessivos – viveu-se um período de vazio educacional, interrompido somente na passagem do século XVIII para o século XIX.<sup>25</sup>

Além disso, a extinção e expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios, teve como consequência nefasta a dispersão e a destruição dos acervos arquivísticos e bibliográficos das bibliotecas jesuíticas: a ausência, nesses territórios, de importantes instituições de ensino não controladas por jesuítas, foi certamente um dos fatores que impediu que se desse, como aconteceu em países como Espanha e Itália, um processo de incorporação dessas bibliotecas nos fundos de outras escolas e universidades.

Em Portugal e, em especial no Brasil, este patrimônio foi em grande parte perdido. Neste sentido, é emblemático o trecho do relatório apresentado por Gonçalves Dias ao final da missão de que fora incumbido

pelo governo imperial com a finalidade de examinar o estado em que se encontravam as bibliotecas dos conventos nas províncias do norte do Brasil, no qual são relatadas as condições da livraria e do arquivo do Colégio jesuítico de São Luís:

...(confiados ao cuidado do bispo diocesano por carta régia de 11 de junho de 1761) em 1831 não se acharam senão mil volumes, e esses completamente destruídos [...] Os vinte anos que depois decorreram bastaram para consumir essa obra de destruição. Nada há hoje que aproveitar do arquivo dos jesuítas<sup>26</sup>...

Mais especificamente no caso de Portugal, as destruições se seguiram à expulsão de jesuítas do reino em 1759, somaram-se também àquelas que se seguiram a 1834, data de extinção das ordens religiosas no país. Os processos de *damnatio memoriae* ligadas a estes dois eventos possivelmente causaram iguais ou mais danos ao patrimônio das antigas ordens religiosas portuguesas que o terremoto de Lisboa de 1755 ou a invasão napoleônica em 1808.

Além disso, para além da matriz antijesuítica pombalina, a utilização, em vários momentos da história política do Portugal e do Brasil moderno, de um discurso antijesuítico, colocado a serviço das mais diversas ideologias em voga, impediu, de fato, até bem pouco atrás, que se realizassem pesquisas acadêmicas mais isentas a respeito da Companhia de Jesus.<sup>27</sup>

No caso específico da historiografia brasileira acompanhando as tendências da historiografia latino-americana como um todo, o que encontramos, no que diz respeito à ação dos jesuítas, é, por um lado, o predomínio da adoção de um viés antropológico-etnográfico na grande maioria dos estudos que tratam das missões e dos aldeamentos indígenas; por outro, um abandono quase total por parte dos historiadores da reflexão acerca do ensino das escolas urbanas destinadas ao atendimento dos filhos das elites das comunidades locais. Tal reflexão, infelizmente, tem sido deixada aos pedagogos, os quais, por sua vez, encontram-se ainda hoje engessados na perspectiva teórico-política inaugurada por Fernando de Azevedo.<sup>28</sup>

E diríamos mais, acreditamos que a reflexão acerca do ensino nas escolas jesuíticas ressentiu-se fortemente do enquadramento que o

“período colonial” – período de atuação dos jesuítas na América Portuguesa – teve no contexto da historiografia brasileira desde as décadas de 1880-90 até pelo menos a década de setenta do século passado.

Preocupados em forjar uma história nacional e influenciados pelo historicismo vigente, os primeiros historiadores da nova nação, trataram de opor ao Brasil moderno e independente, o Brasil “colônia”, caracterizado pelo controle da “metrópole” e os horrores da escravidão.

Os debates posteriores, realizados entre as décadas de trinta e sessenta do século passado, preocupados em entender as possibilidades de mudança e de desenvolvimento para o país, em uma avaliação do legado histórico do período da dominação portuguesa, só fizeram confirmar esse princípio interpretativo. Precedendo o período “nacional” o período “colonial”, era o lugar onde se encontrava a origem de todos os males da nação: um passado a ser esquecido e superado. Situação que permanece inalterada durante os anos setenta do século XX, quando a ênfase no debate conceitual nas análises macroestruturais de cunho economicista acabou por cristalizar a imagem da “colônia” em uma homogeneidade temporal e geográfica.

Mesmo se nos últimos vinte anos esse quadro tem se transformado de maneira significativa no que diz respeito ao reconhecimento das diversas realidades políticas e sociais da América Portuguesa, a permanência de uma forte vinculação de parte da historiografia brasileira à noção de “Antigo Sistema Colonial” como base do entendimento para a dinâmica do período tem como consequência a extensão aos séculos XVI e XVII de uma oposição metrópole-colônia difícil de se conceber para o período anterior ao governo pombalino.<sup>29</sup>

Neste contexto historiográfico, as escolas jesuíticas que foram implantadas nos territórios do “Brasil colônia” foram reduzidas a meros “órgãos” de disciplinamento social e assimiladas a todas as demais instituições criadas pela Coroa portuguesa nos territórios americanos; como tais, estas escolas seriam pouco mais do que instrumentos de controle impostos à população do novo continente.

Consequência dessa perspectiva é o isolamento crônico que caracteriza os estudos produzidos no contexto historiográfico brasileiro a respeito das instituições escolares jesuíticas, os quais, frequentemente, são marcados por distorções e anacronismos.

Urge, então, reinserir as escolas fundadas na América portuguesa no contexto do ensino jesuítico instaurado em todo o mundo ibérico, assim como urge adequar nossa reflexão às novas problemáticas que têm surgido no âmbito de outros contextos acadêmicos.

### Notas

<sup>1</sup> Documento foi elaborado com o intuito de obter o reconhecimento papal da Companhia, foi aprovado por Paulo III em 1540 e confirmada por Júlio III em 1550.

<sup>2</sup> GANSS, George E, *The constitutions of the Society of Jesus Constitutions*, St. Louis: The Institute of Jesuit Sources, 1970 pp. 66-67.

<sup>3</sup> de Diego Laínez (1512-1565) e Pierre Favre (1506-1546) ensinaram na Universidade de Roma pouco depois de chegar a Roma em 1437, Favre lecionou na Universidade de Mainz entre 1542-1543, Claude Le Jay (1500-1552) foi titular da cátedra de Teologia em Ingolstadt em 1543-44 e, novamente, em 1549, ano em que Inácio, a pedido do duque Guilherme IV da Baviera, enviou-o, juntamente com Alfonso Salmerón (1515-1585) e Pedro Canísio (1521-1597), para lecionar junto a esta universidade.

<sup>4</sup> O'MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas*. São Leopoldo-Bauru: Editora da UNISINOS-EDUSC, 2004. p. 316.

<sup>5</sup> *Ibidem*, pp. 316-317.

<sup>6</sup> *Ibidem*, pp. 318-319.

<sup>7</sup> *Monumenta Paedagogica Societatis Jesu*. Roma, 1965-1986. 5 vols. 3:305-306.

<sup>8</sup> O'MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas...* Op. cit, p. 313.

<sup>9</sup> *Vd.* SANTOS, João Marinho dos. *La catéchisation jésuitique dans la stratégie impériale de Jean III*. In: **A Igreja e o clero português no contexto europeu**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa -Universidade Católica Portuguesa, 2005. pp. 269-275.

<sup>10</sup> GONÇALVES, Nuno da Silva. *Baltasar Teles, cronista da Companhia de Jesus*, p. 96. Disponível no endereço eletrônico: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5270.pdf>

<sup>11</sup> Depois elevada a arcebispado em 1557.

<sup>12</sup> MANSO, Maria de Deus. *Convergências e divergências: o ensino nos Colégios jesuítas de Goa e Cochim*. In: CAROLINO, Luís Miguel; Camenietzki, Caslor Ziller (orgs.). *Jesuítas, ensino e ciência (séc. XVI-XVIII)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005, pp.163-180. (p. 169).

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 166 in nota.

<sup>14</sup> O'MALLEY p. 317.

<sup>15</sup> Criada a partir do modelo administrativo fornecido pelas ordens mendicantes.

<sup>16</sup> RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1938-1950. 7 vols (vol.1, p. IX)

<sup>17</sup> Digo colégios “secundários” porque, neste mesmo ano, Loyola havia decidido que os meninos, para serem admitidos no Colégio Romano, tinham que ter sido previamente alfabetizados. Ainda em 1551, ele transformaria tal prescrição em norma

geral: as *Constituições* da ordem, que estavam sendo compostas neste mesmo período, estabelecem, por sua vez, que os jesuítas ordinariamente não ensinam as habilidades básicas de leitura e escritura. O'MALLEY, p. 330.

<sup>18</sup> Tal certidão consistia numa declaração de superação de exame de conhecimentos de latim, cujo privilégio da concessão reservado ao jesuítas seria mais tarde, durante o século XVIII, fortemente criticado Oratorianos de Lisboa.

<sup>19</sup> Citada por LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 vols. (vol. I, p. 41)

<sup>20</sup> DIÓS, Angel Marcos de, *Portugueses na Universidade de Salamanca (1580-1640)*, “Brigantia”, vol. VI, nº 1,2 e 3, 1986, pp. 219-240; vol. VII, nº 1 e 2, pp. 71-100 e nº 3 e 4, pp. 305-337.

<sup>21</sup> Tabela realizada a partir dos dados fornecidos por FONSECA, Fernando Taveira da, *Os corpos acadêmicos e os servidores: a Universidade de Coimbra*, in *História da Universidade em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra - Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. Vol. I, Tomo II, p. 548.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 549.

<sup>23</sup> Apesar de sabermos que existem listas de alunos bem completos, não nos foi possível até então ter acesso aos dados sobre a Universidade de Évora. Podemos, entretanto, supor, tendo em vista a natureza dos estudos eborenses – concentrados nos cursos de Latim, Retórica e Artes (cursos oferecidos pelos colégios no Brasil) e de Teologia (formação de nível superior cuja procura por parte dos alunos historicamente sempre foi minoritária) [só em 1729 D. João V concedeu a Évora o privilégio de ter cursos Direito Civil e Cânones] – que o número de alunos provenientes do Brasil não fosse significativo.

<sup>24</sup> Os estudos no Brasil seguiam os programas do *Colégio de Évora*, o programa de 1563 desse colégio previa a seguinte distribuição das classes: Gramática: 5ª classe: rudimentos de gramática latina e uma seleção das *Cartas* de Cícero; [mais Quinto Curcio e Sêneca]; 4ª classe: as *Cartas familiares* de Cícero e a segunda parte da gramática latina; 3ª classe: *De tristibus* de Ovídio, e as *Cartas* de Cícero; 2ª classe: *De Officiis* de Cícero, e De Ponto, *Ovídio*; 1ª classe: o 5º livro da *Eneida*, a *Retórica* do padre Cipriano Soares e o discurso *Post Reditum* de Cícero, Retórica: em latim, 6º livro da *Eneida* de Virgílio; 3º das *Odes*, *De lege agrária* e *De oratore*, de Cícero; e em grego, os *Diálogos* de Luciano, e Humanidades: em latim, *De bello gallico* de Júlio César, o 10º livro da *Eneida* e gramática grega. HOLLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira (A época colonial)*. pp. 160-162.

<sup>25</sup> SILVA, Adriana Maria Paulo. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

<sup>26</sup> DIAS, Gonçalves. *Exames dos monteiros e repartições públicas para a coleção de documentos históricos relativos ao Maranhão*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 16, 1858, p. 370-384, citado por MORAES, Rubens Borba. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. p. 26.

<sup>27</sup> *Vd.* FRANCO, José Eduardo. *O mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente : (séculos XVI a XX)*. Lisboa: Gradiva, 2006-2007. 2 vols.

<sup>28</sup> *Vd.* AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira: introdução ao estudos da cultura no Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1958. A 1ª edição do texto foi publicada como introdução ao censo de 1940. Indicamos aqui a 3ª. edição do texto, revisada e ampliada.

As menos de 50 páginas que o autor dedica em seu livro à educação colonial – páginas onde, além do mais, temas estritamente educacionais dividem espaço com outros tais quais “a família patriarcal” ou “a paisagem social da colônia” – consistem ainda hoje na principal fonte de informação que fileiras de historiadores, sociólogos e pedagogos continuam recebendo e repetir acerca da educação implantada na América portuguesa durante os primeiros séculos da Idade Moderna. Uma memória histórica empobrecida que tem transmitido consigo um ainda mais triste legado teórico: a prática de utilizar um julgamento acerca do passado como instrumento de legitimação das “conquistas” do presente.

Herdeiros diretos de Azevedo foram Nelson Werneck Sodré, com a sua *Síntese da História da Cultura Brasileira*, obra publicada em 1970 e que evoca o texto azevediano em seu próprio título, e Otaíza Romanelli, com sua *História da Educação no Brasil*, leitura obrigatória em quase todos os cursos de formação de professores do Brasil, em que a autora, mais preocupada em demonstrar que a demanda por educação no Brasil dependeu, no período pós-1930, da formação de uma burguesia nacional, copia os julgamentos de Azevedo e Sodré para tudo o que diz respeito ao período colonial e deixa de lado o estudo dos processos específicos das práticas de escolarização do Brasil no período sobre o qual se propõe a refletir.

Estas duas últimas obras, foram certamente as principais responsáveis pela difusão da “lenda negra” acerca da cultura educacional brasileira dos três primeiros séculos. Partindo de dados e valorações históricas que, quando não infundadas, descabidas, chegam a afirmar, em aberrante anacronismo, que o ensino implementado pela Companhia de Jesus em terras brasileiras era “alheio à realidade” e “desinteressado”, pois “destinado a dar uma cultura geral básica, sem a preocupação de qualificar para o trabalho” (Romanelli); e “conveniente”, uma vez que “não perturbava a estrutura vigente” e “subordinava-se aos imperativos do meio social”, sendo “sua marginalidade (...) a essência de que vivia e se alimentava” (Sodré).

<sup>29</sup> A respeito da projeção de modelos centralizadores pós-iluministas sobre as formas de governo do Antigo Regime ver HESPANHA, A. M. *A construção do império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes* In: FRAGOSO, J. L. R.; BICALHO, M. F. B.; GOUVEA, M. de F. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 168.